

OFÍCIO Nº 58/2021/AA-CD/ANA
Documento nº 02500.014579/2021-15

Brasília, 14 de abril de 2021

Ao Senhor
Sérgio Luiz Soares de Souza Costa
Secretário-Executivo
Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala 900
70067-901 – Brasília – DF

Assunto: Prestação de contas referente à aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, exercício 2020.
Referência: 02501.001295/2020

Senhor Secretário-Executivo,

Em atendimento ao inciso VIII do art. 2º da Resolução CNRH nº 21, de 14 de março de 2002, com redação dada pelo art. 2º da Resolução CNRH nº 189, de 29 de junho de 2017, encaminho, por meio da Nota Técnica nº 6/2021/GGES, a Prestação de Contas do Exercício de 2020, relativa aos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do Art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com redação dada pelo Art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000.

A proposta da referida Prestação de Contas foi aprovada pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, em sua 828ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de março de 2021.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
CHRISTIANNE DIAS FERREIRA
Diretora-Presidente



NOTA TÉCNICA Nº 6/2021/GGES
Documento nº 02500.014313/2021-72

Brasília, 13 de abril de 2021.

Ao Secretário Geral.

Assunto: Prestação de contas ao CNRH sobre a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referidos no inciso II do § 1º do Art. 17 da Lei nº 9.648/1998 - exercício orçamentário de 2020

Referência: 02501.000313/2018-80

1. Em atendimento ao inciso VIII do art. 2º da Resolução CNRH nº 21, de 14 de março de 2002, com redação dada pelo art. 2º da Resolução CNRH nº 189, de 29 de junho de 2017, que estabelece que a Agência Nacional de Águas deve encaminhar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, até o dia 30 de março, as informações do exercício anterior sobre a aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do Art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo Art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000, são apresentadas a seguir as informações relacionadas ao exercício de 2020.

2. A estrutura do documento está organizada da seguinte forma:

- A. Valores estimados pela ANEEL para arrecadação da CFURH versus dotação orçamentária da ANA – Exercício de 2020;
- B. Conformidade da alocação de recursos nas prioridades definidas pela Resolução CNRH nº 181, de 7 de dezembro de junho de 2016;

A. Valores estimados pela ANEEL para arrecadação da CFURH versus dotação orçamentária da ANA – Exercício de 2020;

3. A Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que criou a Agência Nacional de Águas – ANA com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, em seu artigo 28 fez alterações no Art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, tendo sido definido que 0,75% do valor da energia hidrelétrica produzida ($0,75\% \times \text{Energia gerada} \times \text{TAR}$) se constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos e devem ser aplicados na implementação da PNRH. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL é a instituição responsável pela apuração dos valores estimados a serem transferidos à ANA enquanto órgão que tem entre suas atribuições a respectiva implementação dessa política pública.

4. O quadro abaixo apresenta os valores do Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos referentes ao exercício de 2020 contidos na dotação orçamentária da Agência Nacional de Águas – ANA (UO 53210) para aplicação desses recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, assim como os divulgados no site da ANEEL.

Quadro I – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos – Setor Elétrico

Dotação inicial aprovada na LOA 2020 - R\$	Dotação final LOA 2020– R\$	Arrecadação estimada pela ANEEL – R\$
209.303.115	206.783.910	199.664.064

1. Fonte: SIOP e <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/>

5. Como pode ser observado, há diferença do valor aprovado na Lei Orçamentária - LOA de 2020 (R\$ 209.303.115) e o valor arrecadado ao final do exercício (R\$ 199.664.064). Essa diferença de R\$ 9.639.051 (nove milhões, seiscentos e trinta e nove mil e cinquenta e um reais) representa que a arrecadação foi 4,6% menor que os valores inicialmente aprovados pelo Congresso Nacional. Essa diferença pode ter ocorrido, entre outras razões, pela disparidade entre os valores estimados para 2020, tanto de quantidade de energia a ser gerada, quanto do valor da tarifa de energia, no momento da elaboração da proposta orçamentária, que ocorreu em julho de 2019, e os valores realizados durante o exercício de 2020.

B. Conformidade da alocação de recursos nas prioridades definidas pela Resolução CNRH nº 181, de 7 de dezembro de 2016;

6. As prioridades para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água para o exercício de 2020 foram definidas na Resolução CNRH nº 181, de 7 de dezembro de 2016, de acordo com seu art. 1º abaixo reproduzido:

Art. 1º Aprovar as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020 como resultado da segunda revisão do PNRH, complementando e atualizando o Volume IV - Programas Nacionais e Metas, conforme indicado no Anexo.

7. Com intuito de apresentar os dados da aplicação de recursos da cobrança do exercício de 2020 foi elaborado quadro apresentando a correlação entre as Prioridades, Programas, Ações e Metas prevista na Resolução CNRH nº 181/2016 e as ações do Plano Gerencial Interno da Agência Nacional de Águas com seus dados orçamentários e financeiros, conforme apresentado no Quadro II a seguir:



Quadro II – Correlação dos Programas Priorizados do PNRH com as Ações do Plano Gerencial Interno da ANA

Resolução nº 181, de 7 de dezembro de 2016, que define a prioridade de aplicação dos recursos para 2020								Plano Gerencial Interno da ANA					
Definidas por consulta na internet à entidades do SINGREH e à sociedade em geral			Definidas no Seminário Prioridades do PNRH realizado em Brasília em set/2016 e aprimoradas pela CTPNRH										
Prioridades	Programa/ Subprograma PNRH	Objetivo/Escopto Básico	Ações	Metas até 2020	Executor (es)	Parcerias e interlocutores	Prazo	Ação	Subcomponente	LOA 2020	%	Empenhado R\$	Pago R\$
1. Desenvolver planejamento de longo prazo para a conservação e o uso racional das águas do país, considerando as mudanças climáticas	III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de águas em classes de uso.	No âmbito federal, o subprograma deve financiar a elaboração de planos de recursos hídricos em bacias de rios de domínio da União. Já no que concerne aos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, o financiamento por parte da União deve manter-se seletivo para regiões e Estados com menor capacidade institucional instalada.	Desenvolver indicadores para o monitoramento da implementação dos planos de recursos hídricos. Desenvolver ações de sensibilização, mobilização e envolvimento da sociedade na elaboração, revisão e acompanhamento da implementação dos planos de recursos hídricos.					NOVA	Desenvolvimento de metodologia para apoiar a implementação e monitoramento dos planos de recursos hídricos	R\$ 0	0,0%	R\$ 0	R\$ 0
2. Promover a melhoria da disponibilidade das águas em quantidade e qualidade, visando a sua conservação e adequação aos diversos usos.	III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de águas em classes de uso.	No âmbito federal, o subprograma deve financiar a elaboração de planos de recursos hídricos em bacias de rios de domínio da União. Já no que concerne aos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, o financiamento por parte da União deve manter-se seletivo para regiões e Estados com menor capacidade institucional instalada.	Promover a articulação entre os planos de gestão territorial e municipal de saneamento com o enquadramento dos corpos d'água. Definir metodologia para a estimativa do lançamento das cargas difusas em corpos d'água. Avaliar e desenvolver métodos de diminuição de perdas de água no sistema de distribuição.	Elaborar estudo para o estabelecimento de índices de uso racional da água para os setores saneamento, irrigação e indústria (atende também à prioridade 3).	ANA	MMA, CTCT/CNRH, CBHs	dez/20	P007 - Apoio à Implementação de Planos de Recursos Hídricos		R\$ 988.085	0,6%	R\$ 955.626	R\$ 901.426
3. Ampliar o conhecimento a respeito dos usos das águas, das demandas atuais e futuras, além dos possíveis impactos na sua disponibilidade, em quantidade e qualidade.	III.1 - Cadastro Nacional de Usos e Usuários	Promover amplo cadastramento de usos e usuários de recursos hídricos no país, apoiado e de forma coordenada com os órgãos estaduais. Ampliação, consolidação e consistência de todos os cadastros sobre usos e usuários de recursos hídricos (federal e estaduais) e campanhas de regularização. Para tanto, cabe a definição de metodologias mais adequadas para a realização dos cadastros, incluindo aquela utilizada nos trabalhos realizados nas bacias do Paraíba do Sul e do São Francisco, em cooperação com os órgãos gestores estaduais.	Desenvolver indicadores para a avaliação da função social e econômica do uso da água, observando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dar continuidade aos estudos das Contas Econômicas e Ambientais da Água (ANA/IBGE). Divulgar, em linguagem acessível, informações sobre oferta hídrica, usos da água e balanço hídrico. Promover ações de fortalecimento dos estados com vistas à regularização dos usos da água nas bacias hidrográficas (atende também às prioridades 6 e 12).	Divulgar estatísticas e dados atualizados de oferta hídrica, usos da água e balanço hídrico, por região ou bacia hidrográfica, de forma acessível a toda a população.	ANA e CBHs	MMA	dez/18	E001 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	Elaboração de Estudos de Suporte ao Planejamento e à Gestão de Sistemas Hídricos no Nordeste (CONCLUÍDO)	R\$ 0	0,0%	R\$ 0	R\$ 0
									Atualização e Aperfeiçoamento do Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água	R\$ 5.466.019	3,4%	R\$ 5.466.019	R\$ 4.521.916
									Monitoramento da Agricultura Irrigada por Pivôs Centrais no Brasil (CONCLUÍDO)	R\$ 0	0,0%	R\$ 0	R\$ 0
									Atualização e Aperfeiçoamento do mapeamento de cana-de-açúcar irrigada na região centro-sul do Brasil (CONCLUÍDO)	R\$ 0	0,0%	R\$ 0	R\$ 0
									Parceria com a CONAB para mapeamento de áreas cultivadas com café (BA e GO) e arroz irrigado (RS, SC, PR, GO, MS, TO)	R\$ 89.500	0,1%	R\$ 36.482	R\$ 36.482
									Monitoramento e Análise da Qualidade da Água, Saneamento e Doenças Relacionadas à Água (CONCLUÍDO)	R\$ 0	0,0%	R\$ 0	R\$ 0
									Vários (Plano RH Paraguai, implementação de planos, medidas de adaptação às m, etc	R\$ 2.152.521	1,3%	R\$ 2.152.521	R\$ 2.152.521
									I001 - Gerenciamento do Sist. Nac. de Inf. sobre Rec. Hídricos	R\$ 37.809.618	23,7%	R\$ 27.792.979	R\$ 15.597.848
6. Estabelecer critérios de autorização para o uso da água e fiscalização dos usuários, considerando as particularidades das bacias hidrográficas.	III.4 - Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos III.5 - Subprograma Nacional de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos	Estabelecimento de um conjunto de regras de uso da água e de procedimentos de outorga, de forma articulada entre os órgãos gestores e com usuários de recursos hídricos, que possibilitem a regularização dos usos existentes e o fornecimento sustentável de água para os diversos fins, em um determinado horizonte de tempo, tendo como base as diretrizes emanadas de planos de recursos hídricos. Organizar as ações sistemáticas de fiscalização, pautadas pelas perspectivas preventivas e de orientação aos usuários de recursos	Promover processos de alocação negociada de água para bacias em situação de escassez, estabelecendo critérios de restrição de uso e ações de gestão. Promover ações de fortalecimento dos estados com vistas à regularização dos usos da água nas bacias hidrográficas.	Realizar campanha de cadastro integrado de usuários em pelo menos 1 nova bacia hidrográfica interestadual.	ANA e CBHs	Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos	dez/20	F001 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	Vários	R\$ 396.528	0,2%	R\$ 342.543	R\$ 2.515
									G008 - Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Ag. em BH	R\$ 0	0,0%	R\$ 0	R\$ 0
									G008 - Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Ag. em BH	R\$ 26.250.000	16,4%	R\$ 20.528.643	R\$ 19.528.643
									R001 - Regulação dos Usos de Rec. Hídric., dos Serv. de Irrigação e Adução de Água Bruta e Seg. de Barragens	R\$ 2.668.897	1,7%	R\$ 2.380.361	R\$ 403.260
7. Identificar, avaliar e propor ações para áreas com risco de ocorrência de inundações, secas, entre outros eventos extremos relacionados à água, que gerem situações adversas à população.	VI.1 - Gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos.	Definir áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos e organizar ações integradas e intervenções de natureza multidisciplinar que possibilitem a mitigação e a gestão apropriada de tais eventos, reduzindo seus impactos ambientais e socioeconômicos. Essa linha de atuação requer forte articulação intersetorial, seja pela alocação de água em situações de escassez, seja pelas intervenções e políticas multissetoriais requeridas para controle de cheias (uso do solo, por exemplo).	Manter e aprimorar os sistemas de monitoramento e alerta em tempo real para eventos de cheia (salas de situação). Coordenar a operacionalização do monitor de secas do Nordeste, em conjunto com órgãos federais e estaduais responsáveis pelo monitoramento hidrometeorológico.	Elaborar e aprovar Plano de Gerenciamento de Riscos para bacias hidrográficas piloto, em pelo menos duas regiões, com ações preventivas e de contingência e atendimento a emergências para eventos extremos (secas e inundações) e considerando os diferentes planos, entre eles: Plano de Segurança da Água, Plano de Segurança Hídrica, Plano Municipal de Saneamento, Plano de Segurança de Barragens e planos setoriais.	ANA	MMA, MI e MCI	dez/20	U001 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	Idem	R\$ 64.650	0,0%		
									F002 - Fiscalização do Uso de Rec. Hídricos e da Seg. de Barragens	R\$ 6.014.464	3,8%	R\$ 5.278.997	R\$ 1.239.993
									Diagnóstico do risco de inundação em bacias hidrográficas	R\$ 288.000	0,2%	R\$ 1.298.657	R\$ 24.017

R\$ 40.853.323	25,6%	R\$ 27.554.670	R\$ 25.904.670
----------------	-------	----------------	----------------



8. Ampliar e fortalecer a participação da sociedade na gestão das águas.	II.1 - Organização e apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos II.2 - Apoio à organização de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	Refere-se à atuação do CNRH, de suas câmaras técnicas, de comitês federais e Agências de Água, além dos órgãos federais intervenientes, nomeadamente SRH, ANA e também Ibama, para os quais deve ser traçada uma adequada divisão de encargos e formas de mútua articulação e cooperação. A principal linha de atuação será o fortalecimento de órgãos estaduais gestores e, por intermédio deles, a estruturação das demais instâncias que compõem os SEGRHs, como conselhos estaduais, comitês e Agências de Água.		Implementar, por meio de capacitação, redes de representatividade para os membros do SINGREH.	MMA	ANA, CNRH	dez/18	G007 - Capacitação para a Gestão de Rec. Hídricos	Vários	R\$ 2.602.439	1,6%	R\$ 288.000	R\$ 288.000
9. Compartilhar informações, em linguagem clara e acessível, a respeito da situação da qualidade e quantidade das águas e da sua gestão.	III.8 - Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos. IV.3 - Comunicação e difusão de informações em gestão integrada de recursos hídricos. XIII - Programa de Gerenciamento Executivo e de Monitoramento e Avaliação da Implementação do PNRH.	Apoiar executivamente, monitorar e avaliar o processo dinâmico de implementação do PNRH, mediante os instrumentos e os indicadores adequados, para identificar as conexões de rumo e os ajustes que se mostrem necessários.		Divulgar anualmente o relatório de conjuntura dos recursos hídricos no Brasil.	ANA		anual	E001 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos		R\$ 7.977	0,0%	R\$ 0	R\$ 0
10. Ampliar o conhecimento sobre a ocorrência de chuvas e sobre a quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas.	III.2 - Rede hidrográfica qualitativa nacional. VI.3 - Gestão de demandas, resolução de conflitos, uso múltiplo e integrado de recursos hídricos.	Trata da expansão, da modernização, da adequação, da operação e da manutenção da rede nacional de dados hidrográficos e de qualidade da água, operada sob responsabilidades compartilhadas entre a União e os Estados, mediante convênios específicos. Atuar de modo proativo sobre a gestão de demandas por recursos hídricos com intuito de mitigar conflitos instalados e potenciais, proporcionando o uso múltiplo e integrado das águas, sempre tendo em vista a ampliação de benefícios sociais e a redução de impactos sobre o meio ambiente.	Investir em monitoramento qualitativo de água superficial e subterrânea.	Elaborar pelo menos um estudo de aquíferos da região amazônica no que se refere à capacidade potencial.	MMA	ANA, CTAS/CNRH	dez/20	P002 - Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	Avaliação hidrogeológica da região metropolitana de Belém e Manaus	R\$ 4.595.340	2,9%	R\$ 4.130.992	R\$ 1.106.913
			Promover a consolidação e o aprimoramento dos sistemas estaduais de monitoramento dos recursos hídricos.	Analisar a rede hidrometeorológica nacional atual e propor sua revisão a partir de critérios técnicos, com início pelas bacias dos Rios Madeira e Paraguai.	ANA	CBRM, Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos	dez/20	H002 - Operação da Rede Hidrometeorológica		R\$ 51.746.368	32,4%	R\$ 47.896.737	R\$ 29.574.695
			Integrar o monitoramento de águas superficiais e subterrâneas aos procedimentos de gestão, planos e outorga.					H003 - Rede Nac. de Monit. da Qualidade das Águas Superficiais	Vários	R\$ 14.845.242	9,3%	R\$ 12.089.819	R\$ 4.156.662
			Identificar e georreferenciar mananciais e áreas prioritárias para abastecimento.										
11. Destinar recursos financeiros para a implantação de projetos de instituições públicas ou privadas e pessoas físicas que promovam a recuperação e conservação de bacias hidrográficas.	III.7 - Aplicação de instrumentos econômicos à gestão de recursos hídricos VI.5 - Conservação de solos e águas – manejo de microbacias no meio rural.	Empreender estudos sobre alternativas de instrumentos econômicos de gestão, além do foco na implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em bacias prioritárias, no intuito de ampliar o arsenal de mecanismos de gestão descentralizada de recursos hídricos. Implementar programas integrados no meio rural que propiciem o ajustamento entre os padrões produtivos de	Implantar projetos de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA. Recuperar bacias hidrográficas prioritárias. Elaborar e iniciar a implementação do Plano de Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Criar mecanismo de investimento reembolsável,	Implantar ao menos 2 novos projeto de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, incluindo projetos para áreas de nascentes e para áreas de recarga de aquíferos.	ANA		dez/20	P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	Apoio a projetos do Programa Produtor de Água	R\$ 3.800.320	2,4%	R\$ 3.800.320	R\$ 3.800.320
Prioridade definida pela CTPNRH			Ações e metas definidas pela CTPNRH						24 METAS - TOTAL	R\$ 159.785.967	100,0%	R\$ 134.438.695	R\$ 83.335.211
										LOA 2020	Empenhado R\$		

Recursos em conformidade com o CNRH	159.785.967	77,27%	134.438.695	83.335.211
2000 - Administração da Unidade	15.399.018	7,49%	14.978.626	10.678.521
D001 - Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos	2.896.525	1,40%	2.813.992	1.914.205
Demais Ações finalísticas da Agência	28.702.400	1,4%		
TOTAL DE RECURSOS DA COBRANÇA	206.783.910	100%	152.231.313	95.927.937
	R\$ 206.783.910		167.597.334	101.730.984

8. A análise do Quadro II indica que as ações do Plano Gerencial Interno - PGI da Agência contribuem para a implementação de mais de uma prioridade do Plano Nacional de Recursos Hídricos, como é o caso da ação E001 – Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos, I001 – Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, G007 – Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos, R001 – Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta, F001 – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos e H002 – Operação da Rede Hidrometeorológica.

9. As evidências de utilização adequada e integrada dos recursos estão presentes na manutenção da maioria dos projetos, cabendo destacar os programas nacionais (PROGESTÃO, PROCOMITÊS, QUALIÁGUA E MONITOR DE SECAS), a realização de estudos e geração de informações (SNIRH, CONJUNTURA e Estudos setoriais) e de monitoramento hidrológico (REDE HIDROMETEOROLÓGICA NACIONAL)

10. Considerando a dotação da ANA, 65,01% dos recursos oriundos do pagamento pelo uso dos recursos hídricos foram alocados em conformidade com as prioridades definidas na Resolução CNRH nº 181/2016. Se considerarmos os gastos efetivamente empenhados no exercício, 80% dos recursos foram gastos em observância a essas prioridades.

11. Como demonstram os dados de conformidade de execução dos gastos dos últimos cinco anos, apresentados e já apreciados anteriormente pelo CNRH, a execução deste exercício foi menor em relação aos exercícios anteriores. Contudo, cabe esclarecer que esse índice se deve em grande parte à Pandemia SARs Cor - Covid-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde – OMS em 12 de março de 2020, que trouxe inúmeras dificuldades para a execução das operações e dos projetos em curso na ANA, em especial às atividades de campo.

2016	2017	2018	2019	2020
PRIORIDADES Res. CNRH nº 166, de 29/06/2015	PRIORIDADES Res. CNRH nº 166, de 29/06/2015	PRIORIDADES Res. CNRH nº 189, de 29/06/2017	PRIORIDADES Res. CNRH nº 189, de 29/06/2017 Res. CNRH nº 181, de 07/12/2016	PRIORIDADES Res. CNRH nº 181, de 07/12/2016
ESTIMATIVA ANEEL 238.613.743	ESTIMATIVA ANEEL 172.810.015	ESTIMATIVA ANEEL 164.933.925	ESTIMATIVA ANEEL 194.652.754	ESTIMATIVA ANEEL 209.303.115
DOTAÇÃO 239.055.183	DOTAÇÃO 277.380.472	DOTAÇÃO 167.427.217	DOTAÇÃO 200.183.137	DOTAÇÃO 206.783.910
EMPENHADO 228.208.864	EMPENHADO 252.361.197	EMPENHADO 165.051.938	EMPENHADO 182.091.404	EMPENHADO 167.597.334
APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH 83% e 98%	APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH 78% e 93%	APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH 79%	APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH 91%	APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH 80%

12. Em relação à observância dos limites estabelecidos pela lei nº 9433/1997 para as despesas de custeio administrativo, fica demonstrado que a ANA observou o limite de sete e meio por cento. Esses gastos estão demonstrados na ação 2000 – Administração da Unidade e totalizaram despesas empenhadas no valor de R\$ 14.978.626,00, que representa 7,2% da dotação orçamentária oriunda do pagamento pelo uso dos recursos hídricos.

13. Adicionalmente, observando a transparência da utilização do conjunto dos recursos administrados pela ANA, são apresentados no Quadro III por ação/plano orçamentário da LOA e respectivas ações do Plano Gerencial Interno com dados segregados por grupo de natureza de despesa, sendo 3 – Outras Despesas Correntes e 4 - Investimentos. Os conceitos dos dois grupos são apresentados abaixo, segundo o Manual Técnico do Orçamento de 2019:

“3 - Outras Despesas Correntes

Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

4 - Investimentos

Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. “

14. Cabe esclarecer que a execução de contratos de prestação de serviços como consultorias, elaboração de estudos e diagnósticos, licenças de software e os contratos do PROGESTÃO e RNQA são classificados como despesas correntes.

Quadro III – Dados da Execução Orçamentária por Grupo de Natureza de Despesas

LOA	Distribuição por Área		GND	LOA 2020 +	Em processo	%	Empenhado	%	Liquidado e Pago		A EMPENHAR			A LIQUIDAR	
				Créditos	(B)	(C)= B/A	(D)	(E)= D/A	(F)	(G)= F/A	(H)	(I)= H/A	(J)	(K)= J/A	
ADMINISTRAÇÃO				18.394.467	15.903.330	86%	17.854.794	97%	12.606.392	69%	539.673	3%	5.788.075	31%	
2000.0000	SAF	2000 - Administração da Unidade (*)	3	10.830.854	10.746.045	99%	10.738.339	99%	7.386.531	68%	92.515	1%	3.444.323	32%	
			4	4.188.558	4.066.415	97%	4.063.255	97%	3.122.069	75%	125.303	3%	1.066.489	25%	
		2000 - Capacitação de Servidores Púb. Fed. em Proc. de Qualif. e Requalificação(*)	3	361.758	271.394	75%	177.031	49%	169.921	47%	184.727	51%	191.837	53%	
		2000 - Implementação da A3P	3	8.924	3.880	43%	0	0%	0	0%	8.924	100%	8.924	100%	
20WL000E		D001 - Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos	3	2.896.525	712.915	25%	2.813.992	97%	1.914.205	66%	82.533	3%	982.320	34%	
2000.0000	GAB	2000 - Implementação do Programa Pro-Equidade de Gênero	3	8.924	3.880	43%	0	0%	0	0%	8.924	100%	8.924	100%	
219R.0000		S001 - Melhoria da Qualidade Regulatória do Setor de Saneamento	3	98.924	98.800	100%	62.176	63%	13.666	14%	36.748	37%	85.258	86%	
HIDROLOGIA				68.461.001	67.044.213	98%	61.285.213	90%	33.755.375	49%	5.959.894	9%	32.505.626	47%	
2378.0000	SGH	H002 - Operação da Rede Hidrometeorológica	3	39.360.872	39.086.060	99%	36.815.487	94%	27.247.410	69%	2.545.385	6%	12.113.462	31%	
			4	12.385.496	11.689.178	94%	11.081.249	89%	2.327.285	19%	1.304.247	11%	10.058.211	81%	
20WL000D		H003 - Rede Nac. de Monit. da Qualidade das Águas Superficiais	3	12.645.242	13.941.031	110%	11.105.713	88%	4.156.662	33%	1.539.529	12%	8.488.580	67%	
	4		2.200.000	1.008.106	46%	984.106	45%	0	0%						
20WL000B	SOE	U001 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	3	1.869.391	1.319.838	71%	1.298.657	69%	24.017	1%	570.734	31%	1.845.374	99%	
GESTÃO				55.605.213	43.648.084	78%	41.383.136	74%	29.815.303	54%	14.222.077	26%	25.789.910	46%	
20WL0006	SAS	G007 - Capacitação para a Gestão de Rec. Hídricos	3	3.014.564	2.908.005	96%	2.810.363	93%	1.671.439	55%	204.201	7%	1.343.125	45%	
			4	161.565	131.000	81%	131.000	81%	131.000	81%	30.565	19%	30.565	19%	
20WL0009		G008 - Apoio aos Comitês, Agências de Bacia Hidrográfica e Órgãos Gestores Estaduais	3	40.853.323	29.469.274	72%	27.554.670	67%	25.904.670	63%	13.298.653	33%	14.948.653	37%	
20wi.000J	SIP	P001 - Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES	3	178.715	0	0%	0	0%	0	0%	178.715	100%	178.715	100%	
20WL0002		P002 - Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterâneas e Superficiais	3	4.030.340	3.935.339	98%	3.672.292	91%	1.018.113	25%	358.048	9%	3.012.227	75%	
			4	565.000	459.900	81%	458.700	81%	88.800	16%	106.300	19%	476.200	84%	
20WL0007		P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	3	2.013.283	1.988.621	99%	2.000.165	99%	99.855	5%	13.118	1%	1.913.428	95%	
			4	3.800.338	3.800.320	100%	3.800.320	100%	0	0%	18	0%	3.800.338	100%	
20WL000I		P007 - Apoio à Implementação de Planos de Recursos Hídricos	3	988.085	955.626	97%	955.626	97%	901.426	91%	32.459	3%	86.659	9%	
PLANEJAMENTO				54.458.690	39.290.956	72%	38.394.167	71%	23.575.435	43%	16.064.523	29%	30.883.255	57%	
20WL0001	STI	I001 - Gerenciamento do Sist. Nac. de Inf. sobre Rec. Hídricos - SINRH	3	37.809.618	28.140.611	74%	27.792.979	74%	15.597.848	41%	10.016.639	26%	22.211.770	59%	
			4	3.857.474	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	
20WL0004	SPR	E001 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	3	11.980.244	10.338.991	86%	9.789.834	82%	7.797.087	65%	2.190.410	18%	4.183.157	35%	
			4	811.354.000	811.354	100%	811.354	100%	180.500	22%	0	0%	630.854	78%	
REGULAÇÃO				9.864.539	9.154.103	93%	8.680.024	88%	1.978.480	20%	1.184.515	12%	7.886.059	80%	
20WL0008	SFI	F001 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	3	396.528	358.543	90%	342.543	86%	2.515	1%	53.985	14%	394.013	99%	
4926.0002			F002 - Fiscalização do Uso de Rec. Hídricos e da Seg. de Barragens	4	5.931.086	5.509.903	93%	5.240.619	88%	1.201.615	20%	690.467	12%	4.729.471	80%
4926.0001	SRE	R001 - Regulação dos Usos de RH, dos Serv. de Irrig. e Adução de Água Bruta e Seg. de Barragens	3	2.668.897	2.548.826	96%	2.380.361	89%	403.260	15%	288.536	11%	2.265.637	85%	
4926.0003		R002 - Intervenções Emergenciais para Efetivação dos Processos de Alocação de Água	3	64.650	0	0%	-	0%	0	0%	64.650	100%	64.650	100%	
4926.0001		R003 - Regulação do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF	3	720.000	698.453	97%	678.123,35	94%	332.712	46%	41.877	6%	387.288	54%	
TOTAL GERAL				206.783.910	175.040.686	85%	167.597.334	81%	101.730.984	49%	39.184.576	19%	105.052.926	51%	

Fonte: SIAFI Gerencial. Ref. 31/12/2020.

Nota: (*) Correspondem as Despesas de Custeio Administrativos (referentes ao parágrafo 1º do artigo 22 da lei 9.433/1997)



15. Por fim, após realizar os ajustes requeridos pela Diretoria Colegiada quando da aprovação, encaminhe-se esta Nota Técnica ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
NAZARENO MARQUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Estratégia



Recibo Eletrônico de Protocolo - 3112893

Usuário Externo (signatário): maria jose guimaraes
IP utilizado: 172.18.1.1
Data e Horário: 16/04/2021 11:43:12
Tipo de Peticionamento: Processo Novo
Número do Processo: 59000.005908/2021-95
Interessados:

maria jose guimaraes

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Documento Principal:

- Requerimento Ofício 58 2021 AA CD ANA 14579 3112892

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério do Desenvolvimento Regional.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGA E COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS – CTOC

9ª REUNIÃO CTOC



Data: 09/06/2020 – 14:30 às 17:30 horas

Link do Teams: [Clique aqui para entrar na reunião](#)

PAUTA

1. Abertura e Informes Gerais.
2. Eleição da coordenação da CTOC.
3. Aprovação da Ajuda à Memória da 8ª Reunião da CTOC.
4. Apresentação sobre (i) usos insignificantes e seus impactos no instrumento da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos e (ii) o instrumento da Outorga pelo Direito de uso dos Recursos Hídricos, por representante da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).
5. Apresentação do Relatório Anual sobre a aplicação, pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, dos Recursos Provenientes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH, conforme inciso II, § 1º, Art. 17 da [Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998](#)), exercício 2020. Processo 59000.005908/2021-95.
6. Informe sobre a evolução do processo de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040.
7. Encaminhamentos dos trabalhos.

Relatório Anual de Aplicação dos Recursos da CFURH – Exercício de 2020

EXERCÍCIO 2020



RELATÓRIO ANUAL DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA CFURH – EXERCÍCIO 2020

HOUVE REDUÇÃO DA DOTAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO
ANTERIOR

PRIORIDADES

6. As prioridades para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água para o exercício de 2019 foram definidas pela Resolução CNRH nº 181, de 7 de dezembro de 2016, de acordo com seu art. 1º abaixo reproduzido:

Art. 1º Aprovar as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020 como resultado da segunda revisão do PNRH, complementando e atualizando o Volume IV - Programas Nacionais e Metas, conforme indicado no Anexo.

Quadro I – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos – Setor Elétrico

Dotação inicial aprovada na LOA 2020 - R\$	Dotação final LOA 2020– R\$	Valor recebido informado no site ANEEL – R\$
209.303.115	206.783.910	199.664.064

Fonte: SIOP e <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/>

ESTIMATIVA ANEEL
209.303.115

DOTAÇÃO
206.783.910

EMPENHADO
167.597.334

APLICADO NAS
PRIORIDADES DO
CNRH
80%

Quadro II – Correlação dos Programas Priorizados do PNRH com as Ações do Plano Gerencial Interno da ANA

Resolução nº 181, de 7 de dezembro de 2016, que define a prioridade de aplicação dos recursos para 2020

Definidas por consulta na internet às entidades do SINGREH e à sociedade em geral			Definidas no Seminário Prioridades do PNRH realizado em Brasília em set/2016 e aprimoradas pela CTPNRH					Plano Gerencial Interno da ANA					
Prioridades	Programa/ Subprograma PNRH	Objetivo/Escopo Básico	Ações	Metas até 2020	Executor (es)	Parceiras e interlocutores	Prazo	Ação	Subcomponente	LOA 2020	%	Empenhado R\$	Pago R\$
1. Desenvolver planejamento de longo prazo para a conservação e o uso racional das águas do país, considerando as mudanças climáticas	III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de água em classes de uso.	No âmbito federal, o subprograma deve financiar a elaboração de planos de recursos hídricos em bacias de rios de domínio da União. Não que concorre aos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, o financiamento por parte da União deve manter-se seletivo para regiões e Estados com menor capacidade institucional instalada.	Desenvolver indicadores para o monitoramento da implementação dos planos de recursos hídricos. Desenvolver ações de sensibilização, mobilização e envolvimento da sociedade na elaboração, revisão e acompanhamento da implementação dos planos de recursos hídricos.					NOVA	Desenvolvimento de metodologia para apoiar a implementação e monitoramento dos planos de recursos hídricos	R\$ 0	0,0%	R\$ 0	R\$ 0
2. Promover a melhoria da disponibilidade das águas em quantidade e qualidade, visando a sua conservação e adequação aos diversos usos.	III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de água em classes de uso.	No âmbito federal, o subprograma deve financiar a elaboração de planos de recursos hídricos em bacias de rios de domínio da União. Não que concorre aos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, o financiamento por parte da União deve manter-se seletivo para regiões e Estados com menor capacidade institucional instalada.	Promover a articulação entre os planos de gestão territorial e municipal de saneamento com o enquadramento dos corpos d'água. Definir metodologia para a estimativa do lançamento das cargas difusas em corpos d'água. Avaliar e desenvolver métodos de distribuição de perdas de água no sistema de distribuição.		ANA	MMA, CTCT/CNRH, CBRH	dez/20	P007 - Apoio à Implementação de Planos de Recursos Hídricos		R\$ 980.085	0,6%	R\$ 955.626	R\$ 901.426
3. Ampliar o conhecimento a respeito dos usos das águas, das demandas atuais e futuras, além dos possíveis impactos na sua disponibilidade, em quantidade e qualidade.	III.1 - Cadastro Nacional de Usos e Usários	Promover amplo cadastramento de usos e usuários de recursos hídricos no país, agindo e de forma coordenada com os órgãos estaduais. Ampliação, consolidação e consistência de todos os cadastros sobre usos e usuários de recursos hídricos (federal e estaduais) e campanhas de regularização. Para tanto, cabe a definição de metodologias mais adequadas para a realização dos cadastros, incluindo aquela utilizada nos trabalhos realizados nas bacias do Paraíba do Sul e do São Francisco, em cooperação com os órgãos gestores estaduais.	Desenvolver indicadores para a avaliação da função social e econômica do uso da água, observando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).		ANA e CBRH	MMA	dez/18	E001 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	Elaboração de Estudos de Suporte ao Planejamento e à Gestão de Sistemas Hídricos no Nordeste (CONCLUÍDO)	R\$ 0	0,0%	R\$ 0	R\$ 0
			Divulgar estatísticas e dados atualizados de oferta hídrica, usos da água e balanço hídrico, por região ou bacia hidrográfica, de forma acessível a toda a população.						Atualização e Aperfeiçoamento do Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água	R\$ 5.466.019	3,4%	R\$ 5.466.019	R\$ 4.521.916
			Dar continuidade aos estudos das Contas Econômicas e Ambientais da Água (ANA/BICE).						Monitoramento da Agricultura Irrigada por Pró-Ex Central no Brasil (CONCLUÍDO)	R\$ 0	0,0%	R\$ 0	R\$ 0
			Divulgar, em linguagem acessível, informações sobre oferta hídrica, usos da água e balanço hídrico.						Atualização e Aperfeiçoamento do mapeamento de áreas de aplicação irrigada na região centro-sul do Brasil (CONCLUÍDO)	R\$ 0	0,0%	R\$ 0	R\$ 0
			Promover ações de fortalecimento dos estudos convintas à regularização dos usos da água nas bacias hidrográficas (atende também as prioridades 6 e 12).						Parceria com a CONAB para mapeamento de áreas cultivadas com café (BA e GO) e arroz irrigado (RS, SC, PR, GO, MS, TO)	R\$ 89.500	0,1%	R\$ 36.482	R\$ 36.482
									Monitoramento e Análise da Qualidade da Água, Saneamento e Doenças Relacionadas à Água (CONCLUÍDO)	R\$ 0	0,0%	R\$ 0	R\$ 0
									Vários (Plano RH Panguaçu, implementação de planos, medidas de adaptação às nc, etc)	R\$ 2.152.521	1,3%	R\$ 2.152.521	R\$ 2.152.521
									I001 - Gerenciamento do Sist. Nac. de Inf. sobre Rec. Hídricos	R\$ 37.809.618	23,7%	R\$ 27.702.979	R\$ 15.97.648
									F001 - Cadastro Nacional de Usários de Recursos Hídricos	R\$ 390.528	0,2%	R\$ 342.543	R\$ 2.515
									G008 - Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Ag. em BH	R\$ 0	0,0%	R\$ 0	R\$ 0
6. Estabelecer critérios de autorização para o uso da água e fiscalização dos usuários, considerando as particularidades das bacias hidrográficas.	III.4 - Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos III.5 - Subprograma Nacional de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos	Estabelecimento de um conjunto de regras de uso da água e de procedimentos de outorga, de forma articulada entre os órgãos gestores e consultores de recursos hídricos, que possibilitem a regularização dos usos existentes e o fornecimento sustentável de água para os diversos fins, em um determinado horizonte de tempo, tendo como base as diretrizes emanadas de planos de recursos hídricos. Organizar as ações sistêmicas de fiscalização, pautadas pelas perspectivas preventivas e de orientação aos usuários de recursos.	Promover processos de alocação negociada de água para bacias em situação de escassez, estabelecendo critérios de restrição de uso e ações de gestão.		ANA e CBRH	Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos	dez/20	R001 - Regulação dos Usos de Rec. Hídric. dos Set. de Irrigação e Adução de Água Bruta e Seg. de Barragem	Vários	R\$ 2.668.897	1,7%	R\$ 2.380.361	R\$ 403.280
			Promover ações de fortalecimento dos estudos convintas à regularização dos usos da água nas bacias hidrográficas.					R002 - Intervenções emergenciais para efetivação dos processos de alocação de água	Idem	R\$ 64.650	0,0%		
								F002 - Fiscalização do Uso de Rec. Hídricos e da Seg. de Barragem	Vários	R\$ 6.014.464	3,8%	R\$ 5.278.997	R\$ 1.239.993
7. Identificar, avaliar e propor ações para áreas com risco de ocorrência de inundações, secas, entre outros eventos extremos relacionados à água, que gerem situações adversas à população.	VI.1 - Gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos.	Definir áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos e organizar ações integradas e intervenções de natureza multidisciplinar que possibilitem a mitigação e a gestão apropriada de tais eventos, reduzindo seus impactos ambientais e socioeconômicos. Essa linha de atuação requer forte articulação intersetorial, seja pela alocação de água em situações de escassez, seja pelas intervenções e políticas multissetoriais requeridas para controle de cheias (uso do solo, por exemplo).	Manter e aprimorar os sistemas de monitoramento e alerta em tempo real para eventos de cheias (valas de situação). Coordenar a operacionalização do monitor de secas do Nordeste, em conjunto com órgãos federais e estaduais responsáveis pelo monitoramento hidrometeorológico.		ANA	MMA, MI e MECidades	dez/20	U001 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	Diagnóstico do risco de inundação em bacias hidrográficas	R\$ 28.000	0,2%	R\$ 1.298.667	R\$ 24.017

PRINCIPAIS ENTREGAS COM O SINGREH

- ❑ Execução dos Programas Nacionais (PROGESTÃO, PROCOMITES, QUALIÁGUA, PRODUTOR DE ÁGUA E MONITOR DE SECAS)

- ❑ Operação da Rede Hidrometeorológica Nacional;

- ❑ Estudos de recursos hídricos e setoriais:

Definição da Oferta Hídrica nas bacias do Doce, Paranaíba, PBS, Grande e São Francisco;

Monitoramento Covid-Esgotos

Polos Nacionais de Agricultura Irrigada: mapeamento de áreas irrigadas com imagens de satélite

Atlas Esgoto: atualização da base de dados das ETEs no Brasil;

2ª Edição das Contas Econômicas Ambientais;

A indústria na Bacia do Rio Paranapanema: uso da água e boas práticas;

Informe de Conjuntura dos Recursos Hídricos

Águas Subterrâneas das regiões metropolitanas de Belém e Manaus

Diagnóstico de risco de inundações



SALAS DE CRISE		
Evento Crítico	Resultados obtidos em 2020	Desafios em 2021
Hidrovia Tietê-Paraná		
Os baixos níveis dos reservatórios de Três Irmãos e Ilha Solteira impactam as condições de navegação da Hidrovia Tietê Paraná.	Hidrovia mantida sem interrupções, com a manutenção de níveis mínimos dos reservatórios de Ilha Solteira e Três Irmãos, ao longo do seu período de funcionamento.	Acompanhar as condições de operação dos reservatórios a fim de conciliar a geração de energia com a operação da hidrovia. Acompanhar e promover articulações para que a obra de derrocamento do trecho mais crítico seja concluída.
Madeira		
As cheias no rio Madeira podem impactar o tráfego na BR-364, comprometendo o acesso terrestre ao estado do Acre, além de provocar inundações em Porto Velho e outras localidades.	Mitigação dos impactos da cheia: as condições de operação dos reservatórios da UHEs Jirau e Santo Antônio durante o período chuvoso foram alteradas, e o alagamento da BR-364 foi evitado.	Monitorar a cheia do rio Madeira e adequar a operação dos reservatórios para, novamente, evitar o alagamento da BR-364.
Tocantins		
Os baixos níveis dos reservatórios podem comprometer os usos da água ao longo do rio Tocantins, inclusive o inclusive o abastecimento de cidades, por exemplo, a Imperatriz.	Acompanhamento dos níveis de armazenamento, especialmente no reservatório de Serra da Mesa, com flexibilização da defluência a fim de recuperar os níveis e aumentar a segurança hídrica. Avanços no processo de definição de condições de operação para o Sistema Hídrico do rio Tocantins com o objetivo de aumentar a segurança hídrica e conciliar interesses dos setores de energia e turismo.	Acompanhar a implementação das condições de operação do Sistema Hídrico do rio Tocantins, avaliando o seu impacto sobre os usos múltiplos da água e a recuperação do nível do reservatório de Serra da Mesa.
Paranapanema		
Os baixos níveis de armazenamento nos reservatórios causam impactos nos usos da bacia, especialmente para atividades turísticas, além de representarem risco à segurança energética.	Promoção de reuniões periódicas de acompanhamento das condições hidrometeorológicas e de armazenamento e dos impactos acarretados pela situação de escassez hídrica instaurada na bacia. Reduções das vazões mínimas liberadas pelos reservatórios, negociadas e monitoradas, sendo implementadas sempre que possível com o objetivo de recuperar os níveis dos armazenamentos ou retardar a sua redução.	Acompanhar as <u>condições de operação dos reservatórios</u> para conciliar a geração de energia e com outros usos, especialmente o turismo. Concluir a discussão de condições de operação mais adequadas à bacia e propor a regulação mais apropriada a fim de aumentar a resiliência e segurança hídrica.

SALAS DE CRISE		
Evento Crítico	Resultados obtidos em 2020	Desafios em 2021
Região Sul		
A seca na Região Sul impactou os níveis dos reservatórios, colocando em risco o atendimento aos usos múltiplos da água, entre eles estão o abastecimento humano e a irrigação.	Acompanhamento dos impactos decorrentes da seca na região e das condições de operação dos reservatórios.	Manter o acompanhamento dos impactos decorrentes da seca na Região Sul, articular a adoção de medidas de resposta, entre elas está a flexibilização das condições de operação dos reservatórios.
Pantanal		
A seca na região hidrográfica do Alto Paraguai impactou os níveis dos rios da bacia, com consequências para a navegação, o meio ambiente e os outros usos da água.	Acompanhamento dos impactos decorrentes da seca na região e articulação para o nivelamento de informações.	Manter o acompanhamento das condições hidrometeorológicas na região durante o período seco.
Bacia do Rio Doce		
Inundações na região das bacias dos rios Doce e das Velhas.	Acompanhamento dos impactos decorrentes das precipitações volumosas e da elevação dos níveis dos rios na região e articulação para o nivelamento de informações e auxílio aos sistemas de alerta e às defesas civis.	Sala de Crise encerrada com o fim do evento. Acompanhamento mantido para a reativação no caso da sua repetição.

SALAS DE ACOMPANHAMENTO		
Situação	Resultados obtidos em 2020	Desafios em 2021
São Francisco		
Acompanhamento da operação do Sistema Hídrico do rio São Francisco sob as condições estabelecidas na Resolução ANA n.º 2081/2017.	Reservatórios operados em conformidade com a Resolução ANA n.º 2081/2017. Recuperação do armazenamento dos reservatórios do rio São Francisco em relação aos últimos anos.	Acompanhar a operação do Sistema Hídrico do rio São Francisco segundo a Resolução ANA n.º 2081/2017.
Grande		
Os baixos níveis dos reservatórios da bacia do rio Grande impactam diversas atividades, entre elas, o turismo.	Articulação envolvendo os atores da região dos lagos de Furnas e de Mascarenhas de Moraes para viabilizar a recuperação do armazenamento desses reservatórios.	Acompanhar as condições de operação dos reservatórios para conciliar a geração de energia com os demais usos da água.



2016

PRIORIDADES

Res. CNRH nº 166, de 29/06/2015

ESTIMATIVA ANEEL
238.613.743

DOTAÇÃO
239.055.183

EMPENHADO
228.208.864

**APLICADO NAS
PRIORIDADES DO
CNRH**
83% e 98%

2017

PRIORIDADES

Res. CNRH nº 166, de 29/06/2015

ESTIMATIVA ANEEL
172.810.015

DOTAÇÃO
277.380.472

EMPENHADO
252.361.197

**APLICADO NAS
PRIORIDADES DO
CNRH**
78% e 93%

2018

PRIORIDADES

Res. CNRH nº 189, de 29/06/2017

ESTIMATIVA ANEEL
164.933.925

DOTAÇÃO
167.427.217

EMPENHADO
165.051.938

**APLICADO NAS
PRIORIDADES DO
CNRH**
79%

2019

PRIORIDADES

Res. CNRH nº 189, de 29/06/2017

Res. CNRH nº 181, de 07/12/2016

ESTIMATIVA ANEEL
194.652.754

DOTAÇÃO
200.183.137

EMPENHADO
182.091.404

**APLICADO NAS
PRIORIDADES DO
CNRH**
91%

2020

PRIORIDADES

Res. CNRH nº 181, de 07/12/2016

ESTIMATIVA ANEEL
209.303.115

DOTAÇÃO
206.783.910

EMPENHADO
167.597.334

**APLICADO NAS
PRIORIDADES DO
CNRH**
80%



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Outorga e Cobrança

Parecer nº 4/2021/CTOC-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.005908/2021-95

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Assunto: Análise da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, de que trata o inciso II do §1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, perante as prioridades estabelecidas pelo CNRH - exercício 2020.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se da Análise da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, de que trata o inciso II do §1º do art. 17 da [Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998](#), com redação dada pelo art. 28 da [Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2001](#), perante as prioridades estabelecidas pelo CNRH - exercício 2020.

1.2. O pagamento pelo uso de recursos hídricos pelos titulares de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico do País, é realizado por meio da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos (CFURH).

1.3. O [Decreto nº 7.402, de 22 de dezembro de 2010](#), estabelece que a parcela referida no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, (0,75% da CFURH), seja destinada às despesas que constituam obrigações legais referentes à Política Nacional de Recursos Hídricos e ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

1.4. O [Decreto nº 10.000, de 03 de setembro de 2019](#), que dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, instituiu a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTOC e atribuiu a referida Câmara Técnica no Art. 9º, III e alíneas “b” e “e”, as seguintes competências:

b) acompanhar a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, de que trata o inciso II do §1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

e) analisar e emitir parecer sobre o relatório encaminhado pela Agência Nacional de Águas referente à aplicação dos recursos oriundos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para geração de energia elétrica;

1.5. A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico deve encaminhar ao CNRH, até o dia 30 de março de cada ano, as informações do exercício anterior sobre a aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do Art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo Art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000, conforme definido no VIII do art. 2º da Resolução CNRH nº 21, de 14 de março de 2002, com redação dada pelo art. 2º da Resolução CNRH nº 189, de 29 de junho de 2017.

1.6. A Agência, por meio OFÍCIO Nº 58/2021/AA-CD/ANA, encaminhou ao CNRH a **Nota Técnica nº 6/2021/GGES** com o relatório da prestação de contas do exercício de 2020 dos recursos da cobrança pelo uso da água.

1.7. A matéria foi objeto da pauta da 9ª Reunião da CTOC, em 09 de junho de 2021. Na ocasião, após a apresentação da ANA, deliberou-se pela constituição de um Grupo de Trabalho (GT) para analisar e emitir parecer acerca do Relatório Anual para o Exercício de 2020 sobre a aplicação, pela ANA, dos recursos provenientes da CFURH.

1.8. Quatro instituições manifestaram interesse em participar do GT, sendo concedido um prazo para que outros membros pudessem se integrar na composição do grupo. Para tanto, foi encaminhada uma mensagem estipulando prazo para indicação de novos representantes.

2. CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO GRUPO DE TRABALHO

2.1. Conforme mencionado, a CTOC, em sua 9ª Reunião, constituiu Grupo de Trabalho – GT para análise da prestação de contas encaminhada Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA (3112892), em atendimento às legislações que tratam do tema.

Os membros e o apoio técnico da ANA, neste GT, estão assim constituídos:

Membros:

1. Anderson Felipe Medeiros Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional) - Coordenador
2. Leonardo Sampaio Costa (Conselho Estadual de Recursos Hídricos Mato Grosso do Sul)
3. José Quadrelli Neto (Indústria)
4. Júlia Sagaz e Maria Aparecida Vargas (Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica)
5. Paulo Roberto Szeligowski Tinell (Organizações Não-Governamentais)

Apoio Técnico da ANA:

1. Nazareno Marques de Araújo
2. Marco Antônio Mota Amorim

2.2. A 1ª reunião do GT, por meio de videoconferência, ocorreu no dia 14 de julho de 2021, onde foi definido que a Coordenação ficaria a cargo do servidor Anderson Bezerra, do MDR. Quanto à relatoria do GT, ficou definido que seria colaborativa, a partir de uma minuta de parecer inicial apresentada pela Secretaria-Executiva do CNRH. Foi recomendado que os membros do GT lessem a Nota Técnica e, para aqueles que fazem parte da CTOC, assistissem a gravação da 9ª Reunião da CTOC, ([LINK](#)) no tempo **01:54:47**, em que consta a apresentação deste tema. Com base nesta avaliação inicial, foi solicitado o encaminhamento de dúvidas e questionamentos para ser encaminhado à ANA, que estaria presente na próxima reunião.

2.3. A segunda reunião do GT ocorreu no dia 29 de julho, ocasião em que o representante da ANA, Sr. Nazareno Araújo, realizou nova apresentação e esclarecimentos conforme as dúvidas dos membros do GT. [Link da gravação da segunda Reunião.](#)

2.4. Importante destacar que a **Nota Técnica da ANA nº 6/2021/GGES** possui um caráter de apresentação e transparência ao SINGREH, para demonstrar como foi a aplicação dos recursos oriundos da CFURH, gerenciados pela ANA e pertencentes ao Sistema. O papel do GT CFURH e CTOC é avaliar sua aplicação para as prioridades de aplicação do Plano Nacional de Recursos Hídricos definidos pelo CNRH (último ciclo - 2016-2020), fazendo, caso pertinente, observações sobre possíveis desvios de finalidade.

2.5. Na Tabela abaixo encontra-se a síntese dos **principais pontos** da apresentação da ANA ao GT CFURH, referente à aplicação dos recursos no ano de 2020, conforme prioridades estabelecidas na Resolução CNRH nº 181, de 7 de dezembro de 2016:

SÍNTESE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS	PRINCIPAIS ENTREGAS DA ANA
<div>2020</div> <div>Res. CNRH nº 181, de 07/12/2016</div> <div>ESTIMATIVA ANEEL 209.303.115</div> <div>DOTAÇÃO 206.783.910</div> <div>EMPENHADO 167.597.334</div> <div>APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH 80%</div>	<div><input type="checkbox"/> Execução dos Programas Nacionais (PROGESTÃO, PROCOMITES, QUALIÁGUA, PRODUTOR DE ÁGUA E MONITOR DE SECAS)</div> <div><input type="checkbox"/> Operação da Rede Hidrometeorológica Nacional;</div> <div><input type="checkbox"/> Estudos de recursos hídricos e setoriais:</div> <div><ul style="list-style-type: none">• Definição da Oferta Hídrica nas bacias do Doce, Paranaíba, PBS, Grande e São Francisco;• Monitoramento Covid-Esgotos;• <u>Pólos</u> Nacionais de Agricultura Irrigada: mapeamento de áreas irrigadas com imagens de satélite• Atlas Esgoto: atualização da base de dados das <u>ETEs</u> no Brasil;• 2ª Edição das Contas Econômicas Ambientais;• A Indústria na Bacia do Rio Paranapanema: uso da água e boas práticas;• Informe de Conjuntura dos Recursos Hídricos;• Águas Subterrâneas das regiões metropolitanas de Belém e Manaus;• Diagnóstico de risco de inundações.</div>

Fonte: Apresentação da ANA, segunda reunião do GT, em 29 de julho de 2021.

2.6. Na **Nota Técnica da ANA nº 6/2021/GGES** é apresentado o Quadro II, intitulado “Correlação dos Programas Priorizados do PNRH com as Ações do Plano Gerencial Interno da ANA” com uma longa lista de prioridades, ações e metas no qual a ANA relaciona todas as ações e subcomponentes em que foram destinados recursos da CFURH (LOA 2020).

2.7. Destaca-se a aplicação dos recursos da CFURH nas seguintes ações:

- na continuidade dos programas nacionais, caracterizados por serem programas de pagamento por resultados alcançados (PROGESTÃO, PROCOMITÊS, QUALIÁGUA E MONITOR DE SECAS, resultando na aplicação de cerca de 80 milhões de reais);
- no Programa Produtor de Águas, que são projetos demonstrativos com duração aproximada de 5 anos, onde já foram aplicados cerca de 30 milhões de reais (conforme mencionado pela ANA na 2ª reunião do GT CFURH);
- na realização de estudos e geração de informações (SNIRH, CONJUNTURA e Estudos setoriais);
- na realização de estudos de monitoramento hidrológico (REDE HIDROMETEOROLÓGICA NACIONAL).

2.8. Neste contexto, ficou evidente a utilização adequada e integrada dos recursos da CFURH no ano de 2020. Em uma comparação anual da aplicação dos recursos, a figura abaixo demonstra que, mesmo em ano de Pandemia de COVID-19, foi possível a aplicação de 80% dos recursos da CFURH:

2016	2017	2018	2019	2020
PRIORIDADES Res. CNRH nº 166, de 29/06/2015	PRIORIDADES Res. CNRH nº 166, de 29/06/2015	PRIORIDADES Res. CNRH nº 189, de 29/06/2017	PRIORIDADES Res. CNRH nº 189, de 29/06/2017 Res. CNRH nº 181, de 07/12/2016	PRIORIDADES Res. CNRH nº 181, de 07/12/2016
ESTIMATIVA ANEEL 238.613.743	ESTIMATIVA ANEEL 172.810.015	ESTIMATIVA ANEEL 164.933.925	ESTIMATIVA ANEEL 194.652.754	ESTIMATIVA ANEEL 209.303.115
DOTAÇÃO 239.055.183	DOTAÇÃO 277.380.472	DOTAÇÃO 167.427.217	DOTAÇÃO 200.183.137	DOTAÇÃO 206.783.910
EMPENHADO 228.208.864	EMPENHADO 252.361.197	EMPENHADO 165.051.938	EMPENHADO 182.091.404	EMPENHADO 167.597.334
APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH 83% e 98%	APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH 78% e 93%	APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH 79%	APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH 91%	APLICADO NAS PRIORIDADES DO CNRH 80%

2.9. Durante a 2ª reunião do Grupo de Trabalho, após a apresentação do Sr. Nazareno Araújo, da ANA, os membros do GT apresentaram algumas reflexões, conforme os principais pontos levantados abaixo:

2.9.1. Programação prévia para ser apresentada ao CNRH, informando em que ações serão aplicados os recursos da CFURH, para que o acompanhamento possa ser facilitado por meio de um “check list”, avaliando se o que foi previsto foi executado.

2.9.2. Recurso Residual – “superávit” - como melhorar a eficiência da aplicação para que estes recursos sejam de fato aplicados na Política Nacional de Recursos Hídricos / Quais os possíveis mecanismos de utilização destes recursos? É necessária alteração na legislação? Caberia a edição de uma moção do CNRH?

2.9.3. Informar como foi o atendimento das solicitações dos relatórios anteriores. Em 2018/2019, quais os planos orçamentários não foram gastos com prioridades da política, em ação administrativa.

2.9.4. Encontrar mecanismo/rubrica para situações que fogem da prioridade. Evoluir neste processo decisório da ANA, com margem de discricionariedade.

2.9.5. Apresentação na CTOC o que foi planejado para 2022.

2.9.6. Evoluir na questão de **indicadores** para melhor acompanhamento da aplicação dos recursos da CFURH (importância de apresentação de indicadores no novo Plano Nacional de Recursos Hídricos).

2.9.7. **Não-contingenciamento dos recursos:** A ANA dedica-se, há vários anos, a garantir o não contingenciamento dos recursos da compensação financeira, já que, por previsão legal, trata-se de pagamento pelo uso da água. Entretanto, não há norma jurídica que garanta esse não contingenciamento. Ele é obtido a cada ano, por gestões junto aos deputados e consultores legislativos por ocasião das discussões do Projeto de Lei do Orçamento Anual. Por sua vez, o CNRH, ao longo de vários anos, tem emitido moções no sentido de recomendar que estes recursos não sejam contingenciados. Embora a prática até o momento tenha surtido o desejado efeito, no sentido de criar “jurisprudência”, caberia, em momento oportuno, normatizar esse conceito (esta iniciativa está prevista no novo Marco Hídrico - de iniciativa do MDR).

2.9.8. Necessidade de manifestação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para que os recursos sejam utilizados somente para o Gerenciamento de Recursos Hídricos.

3. RECOMENDAÇÕES

I - À ANA – para que nos próximos relatórios de apresentação da aplicação dos recursos da CFURH, além de apresentar a tabela com a conformidade da aplicação com as prioridades definidas pelo CNRH, destacar de forma mais clara e objetiva as principais entregas para o SINGREH;

II - À ANA – para que apresente à CTOC programação prévia das ações que serão priorizadas para o próximo exercício objeto de análise (2022), fazendo a relação com as prioridades do Plano Nacional de

Recursos Hídricos, em conformidade com o disposto nas alíneas “b” e “e”, inciso III, art. 9º do Decreto nº 10.000/2019;

III - À ANA – para que informe em seu relatório anual como foram atendidas as recomendações dos relatórios anteriores;

IV - À CTOC – para que incorpore em sua agenda anual apresentações da ANA acerca da evolução na aplicação dos recursos da CFURH e do planejamento de aplicação do próximo exercício;

V - À CTOC – para que proponha à Plenária do CNRH edição de resolução, para que a ANA possa aplicar os recursos da CFURH, de forma excepcional e justificada, em ações Relacionadas à Gestão de Recursos Hídricos que não estão previstas nas prioridades do PNRH (Ex.: Fórum Mundial da Água; monitoramento COVID-19, etc), e que estes recursos não sejam destinados à ações relacionadas às novas atribuições da ANA (saneamento) que deve ter dotação orçamentária própria;

VI - À CTOC – para que proponha à Plenária do CNRH edição de moção, direcionada aos órgãos competentes, para que os recursos superavitários da CFURH sejam utilizados na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

VII - À CTOC e CTAL – propor resolução à Plenária do CNRH regulamentando a utilização pelos estados da aplicação dos recursos da CFURH sejam prioritariamente na gestão dos recursos hídricos.

4. CONCLUSÃO

4.1. Com o objetivo de subsidiar a CTOC no atendimento do disposto nas alíneas “b” e “e”, inciso III, art. 9º do [Decreto 10.000/2019](#), de acompanhar a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, de que trata o inciso II do §1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, o GT realizou a análise da **Nota Técnica da ANA nº 6/2021/GGES** apresentada pela ANA na CTOC e em reunião deste Grupo de Trabalho - GT CFURH.

4.2. O GT concluiu que a aplicação dos recursos no exercício 2020 atendeu as prioridades estabelecidas pelo CNRH, conforme Resolução CNRH nº 181, de 7 de dezembro de 2016, porém há necessidade de aperfeiçoamento neste acompanhamento, de forma que o CNRH possa ter conhecimento prévio de quais as ações serão definidas como prioritárias para o exercício, dentre outras recomendações apresentadas no item 3 deste parecer.

5. REFERÊNCIAS:

- 5.1. Agência Nacional de Águas (Brasil). Cobrança pelo uso dos recursos hídricos/ Agência Nacional de Águas – Brasília: ANA, 2019 (a publicação faz parte do conjunto de encartes do Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2019);
- 5.2. Pareceres elaborados em anos anteriores, cujo objeto foi a aplicação dos recursos pela ANA;
- 5.3. [Nota Técnica da ANA nº 6/2021/GGES](#);
- 5.4. [Resolução CNRH nº 181, de 7 de dezembro de 2016](#);
- 5.5. [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#)

ANDERSON FELIPE MEDEIROS BEZERRA

Coordenador da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos
CTOC/CNRH/MDR



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Felipe Medeiros Bezerra, Coordenador(a) da Câmara Técnica**, em 09/11/2021, às 14:00, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3439670** e o código CRC **FE468ABE**.